

Sarney inaugura novo estilo para gerir economia

Núcleo de técnicos e empresários ajuda o presidente, que não reúne CDE nem tem superministro

EDUARDO BRITO
Da Editoria de Economia

A indicação e posse do empresário Dilson Funaro mostra que a forma desejada pelo Governo Sarney para conduzir a economia não tem a ver com a adotada pelas administrações brasileiras dos últimos vinte anos. Não haverá um czar da economia, assim como não haverá um colegiado como o Conselho de Desenvolvimento Econômico adotado há algum tempo. Mas ministros trabalhando em último entendimento com a assessoria pessoal do Presidente.

Funaro será o primeiro empresário a ocupar um dos ministérios centrais, de alto poder decisório, na área econômica, desde que o banqueiro Walter Moreira Salles deixou o governo Goulart. A única exceção, mesmo assim por breve tempo, foi Hélio Beltrão, ligado aos grupos Mesbla e Ultra, no Ministério do Planejamento de Costa e Silva. Mas a essa altura o professor Delfim Netto já mandava na economia. Outros empresários, como Fábio Yassuda, Severo Gomes ou Angelo Calmon de Sá, ocupavam pastas com pouca força.

Exatamente por isso o novo ministro da Fazenda não possui as mesmas ligações que outros membros do primeiro escalão da Nova República, Dornelles inclusive, com a tecnocracia estruturada nos últimos vinte anos. Um exame da equipe constituída por Dornelles mostra que a esmagadora maioria de seus componentes já ocupava funções técnicas em governos anteriores. Caso incluidos governos estaduais, chega-se à quase totalidade, com algumas poucas exceções.

Por si só esse fato já garante algumas características próprias à gestão que agora se inicia. A ele deve somar-se a ligação quase pessoal de Funaro com Sarney. O industrial paulista aproximou-se do político maranhense através de diversos amigos comuns, como o ex-governador Abreu Sodré, criando um vínculo muito diferente do mantido pelos presidentes anteriores com seus ministros da área econômica.

Em três governos sucessivos houve um virtual comandante-em-chefe da economia. A admiração e o respeito de Roberto Campos por Octávio Gouveia de Bulhões não impediu que o ministro do Planejamento de Castelo Branco predominasse, ao se traçarem os grandes rumos da economia. Nos dois governos seguintes o poder de Delfim Netto permaneceu inconstitucionalizado.

Delfim, é verdade, iniciou cautelosamente sua

Sodré



Companheiro de Sarney na antiga UDN, foi governador de São Paulo na mesma época em que o atual presidente governava o Maranhão. Agricultor, é ainda o presidente do Conselho Nacional do Café, que reúne caficultores paulistas. Sua principal atividade econômica, porém, está na área financeira. Chegou a apoiar o deputado Paulo Maluf por algum tempo, mas afastou-se dele bem antes de decolar sua candidatura presidencial e

muitos deles ex-alunos seus, para funções-chave.

No Governo Geisel tudo isso mudou. O novo general-presidente manteve o ministro do Planejamento, Reis Velloso, quase como um assessor especial seu. E colocou na Fazenda um técnico respeitado, Mário Henrique Simonsen, sem conceder-lhe porém a mesma força que Delfim tinha. Até como uma forma de remeter a si próprio, obrigatoriedade, a decisão final, estabeleceu o Conselho de Desenvolvimento Econômico, um fórum privilegiado para a definição das medidas governamentais. Neles todos tinham voz, mas uma, clara, valia mais que as outras. A decisão era do Presidente.

A derrubada de ministros por Delfim, uma longa lista que passa por Fábio Yassuda e por Luiz Fernando Cirne Lima, recomendaram depois que Karlos Rischbieter e Eduardo Portella, daria uma média do poder que o ministro da Fazenda de Costa e Silva e de Médici, depois do ministro do Planejamento de Figueiredo, assumiria nos três governos. O antigo professor da Universidade de São Paulo ocupou crescente espaço e designou auxiliares escolhidos a dedo.

Murad



Jorge Murad, genro de Sarney tornou-se o mais próximo assessor do presidente. Segundo o pessoal do Planalto, é o assessor que maior número de vezes por dia se dirige ao gabinete de Sarney. Casado com Roseane Sarney Murad, como ela tem examinado para o presidente assuntos ligados aos mais variados temas, da política à economia mas é na economia que sua ação se tem feito sentir mais. Vários dos ministros da área (aliás, não é o que fazia Dornelles) têm

discutido com ele os problemas do dia. Ex-diretor da Caixa Econômica Federal, de onde saiu certo tempo depois da indicação de seu sogro para a vice-presidência na chapa de Tancredo, Murad afinal tem familiaridade com a situação econômica.

Machline



Amigo de Sarney desde o início dos anos 70 e próximo de Sodré muito antes disso, Matias Machline é o presidente e principal acionista da Sharp, empresa fundada para comercializar equipamentos contábeis que se tornou em 1972 a primeira indústria a produzir equipamentos eletrônicos na Zona Franca de Manaus. Na realidade, a primeira TV em cores produzida por empresa de capital nacional veio dessa unidade industrial da Sharp. A partir daí, Machline construiu um amplo grupo econômi-

co que inclui a SID Informática, maior empresa do setor no País, a SID Microeletrônica e o Banco Digital, hoje em franco crescimento. Foi ainda Machline, ex-patrão de um dos filhos do general Figueiredo, quem apresentou Rosemberg e Eris ao atual presidente.

Rosemberg

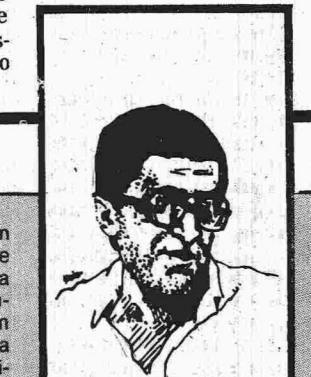


Professor da USP, foi trazido por seu colega mais velho Delfim Netto para Brasília. Na equipe de Delfim ocupou vários postos, o mais importante deles como secretário-geral adjunto da Seplan. Procurou sempre, porém, desenvolver uma imagem bem diferente da atribuída ao delfim boys, assumindo posições críticas em relação à estratégia do superministro. Ao deixar a Seplan antes de acabar o governo Figueiredo, manteve boas relações com o antigo chefe e integrou-se

a uma empresa de consultoria financeira, a MBE. Quando o aproximou de Sarney foi o empresário Matias Machline, consolidando essa aproximação após ter participado dos seminários do Torto quando recebeu o convite para a assessoria econômica do Presidente.

Geisel. Ao assumir a Fazenda, Francisco Dornelles recrutou seus auxiliares basicamente nesses quadros, de que ele próprio fazia parte. Já com Funaro a relação é um pouco diferente. O novo ministro da Fazenda seguramente manterá tecnocratas nos principais postos, mas seu compromisso é outro, como lembravam ontem outros empresários de São Paulo e do Rio, vindos para a posse. Ele deverá pautar a ação do Ministério levado por critérios diferentes dos adotados por quem vive principalmente no interior da máquina estatal.

Para agir nessa máquina o Ministério da Fazenda certamente se afinará, muito mais do que antes, com a assessoria econômica de Sarney. O papel de Luiz Paulo Rosemberg crescerá ainda mais. E, dentro desse esquema, haverá mais compatibilidade com os pontos de vista de figuras menos ligadas à tecnocracia e à máquina estatal. Dornelles, é verdade, mereceu dos empresários uma macia votação na pesquisa que a revista Exame realizou há pouco. Mas na posse de Funaro, havia um número muito maior de empresários que se referiam a si próprios e ao novo ministro usando a palavra nós.



O economista Ibrahim Eris aproximou-se de Delfim como professor da Universidade de São Paulo. Foi trazido por Delfim para Brasília, mas nunca ocupou um cargo definido, nem se afastou inteiramente de São Paulo. Sua especialidade, política fiscal, valeu-lhe a indicação para cuidar dos grupos formados pela Seplan para estudar a reforma tributária. Diante de Delfim adotou a mesma postura de seu amigo Rosemberg, firmando-se como uma espécie de "consciência crítica" na equipe delfiniana.

Em São Paulo, dirige uma empresa de consultoria financeira, a MBE, ainda com a participação de Rosemberg. Participou dos Seminários do Torto e, quando se falava na possibilidade de Rosemberg passar a Ministro, seu nome era o mais cotado para a assessoria econômica de Sarney.

A primeira tentativa de Sarney para contrabalançar essa situação foi organizar os seminários do Torto, em que reunia representantes de diferentes segmentos da sociedade para discutir a política econômica. Não houve seminários para outras áreas, mas apenas para a economia, centro das preocupações administrativas do Presidente.

Na realidade, Sarney contava com interlocutores próximos para discutir a economia. Entre eles estavam o empresário Matias Machline e o ex-governador Abreu Sodré, velhos amigos de São Paulo, além do genro Jorge Murad, que até há pouco foi diretor da Caixa Econômica Federal. Mais tarde — e devido não só à performance nos seminários do Torto como à indicação partida desse círculo mais íntimo — incorporaram-se a esse grupo os economistas Luiz Paulo Rosemberg e Ibrahim Eris. Embora mais raramente, outros personagens participavam dessas conversas, entre eles o empresário Dilson Funaro.

A ida de Rosemberg para o Palácio do Planalto, como assessor econômico de Sarney, permitiu ao presidente institucionalizar por sua vez esse processo decisório. Embora os ministros

escolhidos por Tancredo continuassem a ter livre decisão em suas áreas específicas no Brasil a palavra tecnocracia. Eles constituem até um subgrupo à parte, dentro da tecnocracia, pois foram selecionados por um dos ministros do período para ocupar postos-chave. Integraram-se — ou às vezes não se integraram — em um grupo muito maior, composto pacientemente ao longo desses anos. O Banco Central, por exemplo, teve sua estrutura completada dentro de rigorosos critérios de eficiência, durante a gestão Paulo Lyra, no Governo

Esse passou a ser o papel da assessoria econômica de Sarney. Tomadas as posições por cada um dos ministérios envolvidos, Rosemberg prepara para o Presidente simulações tendo cada uma delas por base e sugerindo alternativas que as combinasse ou eliminasse. Sarney escolhe. Aliás, Dornelles perdeu mais do que ganhou, nessas decisões, o que constituiu o motivo principal de sua queda. Vital foi a gota d'água.

A posse de Funaro significa que Sarney conta com alguém que não apenas é de sua livre escolha, mas também identificado com suas ideias. Mas, mais do que isso, significa também que o presidente conta no Ministério da Fazenda com alguém desvinculado da estrutura tecnocrática montada ao longo dos últimos vinte anos.

Todos sabem que a idéia de Tancredo Neves era bem diferente. Ele pretendia conduzir diretamente a economia, agindo através do seu sobrinho Francisco Dornelles. Não haveria CDE ou invenções do gênero — se eventualmente surgissem, não seriam importantes — mas a ação pessoal do Presidente que tinha idéias próprias sobre como gerir a economia. Mas Tancredo morreu.

O presidente Sarney viu-se repentinamente com um ministério que não escolhera e que, como resultado das composições políticas montadas por Tancredo, apresentava orientações divergentes. Como explicaria mais tarde seu assessor especial Luiz Paulo Rosemberg, o novo presidente recebia, a cada passo, duas caias pretas, absolutamente diferentes e pretendendo conter, cada uma, toda a verdade.